

PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO BARROÇÃO SOBRE A DESTERRITORIALIZAÇÃO CAUSADA PELA BARRAGEM DO RIO JEQUITAI- MG

Autores: JOÃO GILDASIO VELOSO MEIRA, ANA CLÁUDIA SOARES; CÁSSIO ALEXANDRE DA SILVA E WERÔNICA MARIA BRITO SANTOS

Resumo

Por meio do uso da Cartografia Social é possível dar visibilidade a muitas comunidades, algumas marginalizadas e esquecidas pelo poder público. O presente trabalho pretende aplicar essa nova forma de compreender a dinâmica geográfica na comunidade do Barroço, situada a quase 30 quilômetros do município de Jequitai-MG. Esse local onde vivem mais de mil pessoas distribuídas em 300 famílias será inundado em breve pelo projeto hidroagrícola do Rio Jequitai e, portanto, terão que deixar o local onde estão estabelecidas relações sociais, econômicas, parentais, afetivas, entre várias outras. Através de oficinas em que alguns dos moradores produzirão mapas sociais, será possível não apenas garantir visibilidade a elas, como ainda possibilitar que signifiquem seus anseios e necessidades demonstrando a importância do lugar enquanto espaço para a reprodução social, econômica e cultural.

Palavras-chaves : Territorização; Cartografia; Barroço; Social; Impacto

Apoio financeiro:FAPEMIG

Objetivo

O projeto hidroagrícola da barragem do Rio Jequitai, segundo dados técnicos da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), abrangerá um total de 16 cidades do Norte de Minas, entre as quais estão inseridas, além de Jequitai, Francisco Dumont, Várzea da Palma, Pirapora, Montes Claros, Claro dos Poções, entre outras . Serão duas barragens de contenção, a base de concreto, sendo a primeira com a formação de um lago que 9000 hectares e que se estenderá por Jequitai, Francisco Dumont e Claro dos Poções, enquanto que a segunda barragem, situada a cinco quilômetros da jusante da barragem, possuirá um lago de 100 hectares que alimentará dois canais de irrigação de 35 mil hectares. Desse modo, muitas famílias que sobrevivem em boa parte dessas áreas, terão que deixar o local para viverem em áreas cedidas pela Ruralminas. Diante do exposto, o presente trabalho procura ouvir essas famílias sobre o fato de terem que deixar os locais onde seus antepassados viviam e também estão ligadas a não apenas a esses laços de ancestralidade e ainda, lugares onde provém o seu sustento e muitas temem por isso não terem acesso a mesma terra fértil de onde sobrevivem partir do extrativismo e da proximidade do rio de onde mantém atividade de subsistência através de atividades como piscicultura. A esse laço de identidade com a terra, HAESBART (2001), irá comentar o seguinte:

Esta concepção mais abrangente de território faz com que se promovam, ao longo do tempo, diferentes possibilidades de territorialização, conceito trazido como um componente de poder, por meio do qual o indivíduo e sociedade experimentam e dotam de significado seu "espaço" físico e virtual de convivência." (HAESBAERT, 2001, p.1)

Como se percebe, essa apropriação do território é influenciada de várias maneiras e, desse modo, alguns dos moradores de uma das áreas atingidas foram ouvidos quanto a terem que deixar seu território onde estão acostumadas a viver para migrarem para um dos locais oferecidos pela Ruralminas. Um desses lugares que será

inundado pelas águas da barragem do Rio Jequitaiá é a comunidade de Barroirão, situada a aproximadamente 30 quilômetros da área urbana de Jequitaiá. No local residem aproximadamente 300 famílias num total aproximado de mais de 1200.

Um dos atingidos pela barragem, ACA, comenta que a Codevasf dividiu os atingidos de forma total e parcial e que a Codevasf ofereceu cinco hectares para o reassentamento das famílias compreendidas na comunidade do Barroirão. Porém, além de considerar a nova área muito pequena diante das necessidades das famílias ali compreendidas, não dá direito de escolher o lugar e sim contentar com o que for oferecido. Ele relata ainda que a oferta compreende também uma remuneração de um salário mínimo durante seis meses até as famílias se ambientarem ao novo local. Entretanto, para qualquer cultura, o prazo mínimo para a agricultura "vingar", ou seja, começar a produzir é de um ano e que não podem ficar outros seis meses sem terem acesso a uma renda. Por outro lado ele diz que sair do local onde vive tem alguns aspectos positivos. "O único progresso que chegou na comunidade foram assaltos em algumas casas e o tal do crack. Mais de 50 casas estão fechadas e os alunos estão abandonando as escolas. Numa delas tinham 300 estudantes e hoje existe metade deles".

Assim como este morador da comunidade, muitos outros relatam que esse processo de realocação para outras áreas aconteceu de "cima para baixo" sem que os maiores interessados, ou seja, as famílias não foram ouvidas e que ali também estão cravadas suas raízes e laços sociais e, portanto, não apenas a questão econômica para a sua sobrevivência com o auxílio da água e de agricultura como o pequi, de onde sobrevivem do extrativismo do fruto, entre outros cultivos. A esse respeito do vínculo afetivo com a terra, Little (2003), comentará o seguinte:

Definido os saberes ambientais, ideologias e identidades, coletivamente criados e historicamente situados, que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que se dá ao território e as formas de defesa dele. (LITTLE, 2003, p.254).

Portanto, as famílias fazem múltiplos usos da terra e esse descontentamento com a forma com que tais famílias estão sendo realocadas do seu espaço tem provocado conflitos e embates, mesmo diante do que é prometido pelo projeto em termos de desenvolvimento para as 16 cidades beneficiadas pelo mesmo. Entre as benesses apontadas pelo relatório da Codevasf apresentado nas reuniões com representantes das famílias, vereadores, membros da Ruralminas, da Companhia, das prefeituras dos municípios atingidos, entre outros é que o empreendimento possibilitará múltiplos usos, como a piscicultura; controle de enchentes; geração de energia, inclusive para Montes Claros; turismo e lazer na área compreendida pela formação dos lagos; entre outros.

O projeto também propõe modificar a economia dos municípios da área de influência com a promessa de gerar uma produção anual de frutas da ordem de mais de 600 mil toneladas com valores acima de 360.000.000 de reais em negócios por safra, além dos recursos a serem gerados também com a exploração do turismo na região dos lagos com áreas de 10 mil hectares e acúmulo de 780 milhões de metros cúbicos de água. A barragem 1, por exemplo, possuirá 41 metros de altura e 270 metros de comprimento, enquanto a barragem dois terá uma altura de 38 metros com 176 metros de comprimento e com a função de abastecer canais de irrigação gerando 12,4 mhtz de energia. Outra garantia da Companhia é que, após a construção da barragem, a vazão do Rio Jequitaiá será regularizada em 34 metros cúbicos por segundo contribuindo assim também para a regularização da vazão do Rio São Francisco.

O presente trabalho tem como objetivo fazer com que as famílias tenham voz também em meio a oficialidade dos órgãos envolvidos no empreendimento. Como foi possível identificar na fala de alguns membros das famílias atingidas, pouco espaço foi dado a eles para se pronunciarem a respeito de suas necessidades e sobre a perda de alguns elementos importantes através desse processo de desterritorialização. Portanto, com base na nova Cartografia Social, pretende-se conhecer melhor tais demandas e ainda permitir que o poder público ou novos pesquisadores da área tenham acesso ao projeto hidroagrícola que tem propagado inúmeros benefícios pelos seus



executores, enquanto que os impactos sociais têm sido muito pouco discutidos com a participação dos interessados, haja vista que até o momento foram realizadas apenas três reuniões nos últimos quatro anos com a participação direta dos atingidos pela barragem.

Metodologia

A metodologia empregada consiste nos pressupostos que sustentam a Nova Cartografia Social, ou seja, permitir que alguns dos atingidos constem num mapa social os seus anseios e como significam o território que habitam atualmente. Após a aplicação de oficinas junto a alguns membros dessas famílias na comunidade do Barroço, procederemos na análise do produto, ou seja, desses mapas e os elementos ali constantes do que tais famílias consideram importante para a vida delas e que com essa mudança, poderia deixar de existir, sem o acesso dessas vantagens no novo território que serão obrigadas a viver. Para Silva (2014), “Diante das mudanças sociais e econômicas e da crise societária, que produzem grandes mutações na produção social do espaço, é imprescindível que se discuta não só o papel das ciências nesse processo, mas ainda o modo como no presente se fazer geografia”.

Diante dessa consideração, a Nova Cartografia Social que surgiu de uma iniciativa intitulada de Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), a partir do professor universitário, Almeida (2014), pressupõe que os agentes sociais possam exteriorizar seus sentimentos, anseios e necessidades através da produção dos chamados mapas sociais. Diferentemente dos mapas sociais que são subjetivos e que carregam os interesses das instituições oficiais, essa cartografia social abarcam desenhos, reprodução de símbolos e cuja leitura propõe o olhar da significação do território para os atores sociais envolvidos. Dai, a importância em proceder nessa metodologia das oficinas para que se consiga atingir uma visão menos oficial e muito mais próxima da realidade de quem está sendo diretamente atingido pelo empreendimento.

Resultados e Conclusão

O presente trabalho tem a função então de conhecer os diferentes aspectos que envolvem o empreendimento hidroagrícola do Rio Jequitaiá-MG, a partir da aplicação dessas oficinas, e dos depoimentos da população atingida pelo empreendimento. Muitas das famílias da comunidade do Barroço têm reclamado de não serem ouvidas e que estão sendo levadas para áreas que sequer visitaram. Muitos temem em não se adaptarem, fora o impacto social e afetivo dessa ruptura com um território no qual estão enraizadas suas relações e laços parentais. Por mais benefícios que o empreendimento supostamente garanta, a inundação desse lugar pelas águas acaba por levar consigo tais relações e que são extremamente importantes para essas famílias. Identifica-se ainda o temor, em muitas das falas delas, quanto ao fato de não terem acesso às mesmas facilidades de comercializarem seus excedentes de produção para a zona urbana de Jequitaiá que não está tão distante quanto ao novo território para onde estão sendo realocadas. Portanto, são vários fatores envolvidos nesse processo e que fazem por merecer um estudo mais detalhado da situação e que muitas das vezes são ignorados diante da promessa de progresso que a obra visa garantir para as 16 cidades diretamente influenciadas. Por outro lado, tais benefícios possuem um pesado custo para quem nasceu na área que será inundada e que, a exemplo dos seus antepassados, alimentava a esperança de ser sepultado ali também e onde estava habituado a morar, trabalhar e interagir com os demais membros daquela comunidade estudada.

Referências

HAESBAERT, Rogério. O mito da territorialidade: do fim do território à territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

Realização:

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO
E INOVAÇÃO SUPERIOR

Apoio:



LITTLE, Paul Elliot. Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: Anuário Antropológico, 2002/2003.

PBHSF- Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Enquadramento dos corpos d'água. ANA/GEF/PNUMA/OEA. Subprojeto 4.5C.2004.

SILVA, Catia Antonia da. Por Uma Geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço/Catia Antonia da Silva, Andreino Campos, Nilo Sérgio d'Avila Modesto. Rio de Janeiro: Consequências, 2014.